

ASSENTAMENTO 19 DE SETEMBRO, RS: A EXPERIÊNCIA COM SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Ana Paula Fraga Bolfe¹
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²
Universidade Estadual de Campinas

Resumo

Esse trabalho é parte da pesquisa **Sistemas agroflorestais: um caminho para agricultura sustentável sob a luz da cultura camponesa**, a qual está sendo conduzida junto com agricultores familiares assentados do Assentamento 19 de Setembro que localiza-se no município de Guaíba, RS. Do quadro da história oral utilizou-se a técnica do depoimento para entender até que ponto os agricultores agroflorestais se valem de marcas da cultura camponesa para desenvolverem seus sistemas. A partir do que vem se desenrolando no decorrer da pesquisa trabalha-se na perspectiva de que os agricultores que adotam sistemas agroflorestais, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas em outros modos de fazer agricultura, moldando e desenvolvendo recursos tanto materiais como sociais de modo distinto, numa condição de agente, a qual lhe atribui capacidade de processar a experiência social e conceber formas de lidar com a vida.

Introdução

Neste trabalho abordamos parte da pesquisa que está relacionada aos sistemas agroflorestais junto aos agricultores familiares assentados que tem como cenário de pesquisa o Assentamento 19 de Setembro.

A pesquisa está sendo conduzida em duas áreas distintas. Na primeira, junto a agricultores familiares no litoral norte do Rio Grande do Sul, mais conhecido como a região de Torres; na segunda, com agricultores familiares assentados do Assentamento 19 de Setembro em Guaíba, RS.

Entende-se Assentamento Rural, como nova unidade de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra (BERGAMASCO & NORDER, 1996). Processo que atualmente precisa incorporar a questão ambiental, visto que, não houve preocupações com os problemas ambientais, pois todo o sistema produtivo agropecuário tanto tecnológico quanto financeiro se apóia na idealização do que se convencionou

¹ Bolsista CNPq, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, IFCH, UNICAMP

² Professora Titular FEAGRI, UNICAMP

chamar de agricultura moderna³ (CARMO, 2003), desconsiderando os sistemas de produção auto sustentáveis, diversificados e mais adequados a áreas relativamente reduzidas que utilizam mão de obra familiar como no caso dos assentamentos rurais.

Modernização da agricultura: seus impactos

No sistema produtivo, historicamente, a produção de alimentos sempre foi um dos maiores desafios da humanidade. Durante toda a Antiguidade, a Idade Média e o Renascimento, a fome dizimou centenas de milhares de pessoas em todo o mundo, e foi apenas nos séculos XVIII e XIX, com o início da agricultura moderna, que alguns povos começaram a produzir em maior escala, pondo fim a um longo período de escassez de alimentos. Após a primeira guerra mundial deu-se a introdução do motor de combustão interna, que originou a motomecanização, dando início a um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura num sistema mais intensivo de produção; foi uma revolução que transformou profundamente a agricultura mundial. Denominada Revolução Verde, é a agricultura moderna que tem como eixo a monocultura, onde as indústrias químicas e mecânicas emergentes intensificaram a produção de insumos agrícolas, passando a agricultura a depender cada vez menos dos recursos locais, e cada vez mais dos tratores, colheitadeiras, arados, agrotóxicos e ração animal produzidos pela indústria, (EHLERS, 1999).

Aliada à insustentabilidade ambiental da agricultura, fruto da Revolução Verde, a questão sócio-cultural é fundamental, pois parte importante destas áreas é ocupada pela agricultura familiar, onde os sistemas de produção apresentam características bastante diferentes (quase opostas) daquelas exigidas pelas tecnologias da Revolução Verde (também chamadas convencionais). Esses agricultores utilizam mão-de-obra familiar, não dispõem de recursos financeiros, além de terem dificuldade de acesso a terra, máquinas e equipamentos. São agricultores claramente excluídos do processo de “desenvolvimento” (modernização) da agricultura em curso no país, visto que a agricultura familiar não rompeu as barreiras da dependência e da insegurança que resultam da posição subalterna e secundária que lhe é socialmente atribuída. (WANDERLEY, 2003).

³ agricultura moderna é a que tem como eixo a monocultura, onde as indústrias químicas e mecânicas emergentes intensificaram a produção de insumos agrícolas, passando a agricultura a depender cada vez menos dos recursos locais, e cada vez mais dos tratores, colheitadeiras, arados, agrotóxicos e ração animal produzidos pela indústria, (EHLERS, 1999).

Martins (2001) enfatiza que a modernização do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente como modelo imperante do desenvolvimento acarretou um contradesevolvimento social, mas mesmo assim as populações rurais têm e mantêm seus próprios códigos de conhecimento e suas próprias concepções de destino.

Da mesma forma, Lefebvre (1981) afirma que a comunidade rural mantém-se, desaparece ou se reconstitui sob modos de produção muito diferentes: escravista, feudal, capitalista e socialista. A agricultura familiar persiste, mais ou menos viva, em ascensão ou dissolução, desde os tempos mais remotos até nossos dias; não, certamente alheia às vicissitudes da história e as transformações econômico-políticas, mas com sua vida e história próprias.

Embora a estratégia modernizadora adotada no Brasil e em outros países em desenvolvimento considerasse as propriedades patronais mais adequadas para implantação do padrão convencional, relegando a agricultura familiar a um segundo plano, Ehlers (1999) e Carmo (1998) explicam que atualmente na transição para uma agricultura sustentável é a produção familiar que apresenta uma série de vantagens, seja pela sua escala menor, pela maior capacidade gerencial, pela mão-de-obra mais qualificada, por sua flexibilidade e, sobretudo por sua maior aptidão à diversificação de culturas e à preservação dos recursos naturais.

A temática da modernização da agricultura foi explorada por muitos estudos, entre eles, Graziano da Silva (1981), Kageyama (1990) e Martine & Garcia (1987) demonstrando que esta modernização ganhou suporte nos avanços da área de genética e melhoramento vegetal incrementando a produção de grãos por área explorada, sendo reforçada pelo desenvolvimento da pesquisa agropecuária e recursos subsidiados.

Se por um lado, apontam-se as grandes vantagens dessa modernização em termos de aumento da produção, por outro lado, as conseqüências desse modelo foram desastrosas tanto ambientalmente quanto socialmente; dentre outras conseqüências temos o desmatamento de vastas extensões de florestas, utilização de inseticidas, fungicidas e demais agrotóxicos, contaminação de água, solo e agricultores, assim como, uma massiva exclusão de agricultores familiares do processo modernizador. Em face aos efeitos danosos provocados pela modernização entra em curso a construção de experiências produtivas alternativas a este modelo, surgindo o que se denomina agricultura sustentável. Esta, definida como uma agricultura ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, segundo Reijntjes et al. (1992).

A Agricultura Sustentável combina, princípios e práticas da agricultura alternativa e da convencional, assim como novos conhecimentos que surgirão tanto da experiência proveniente dos agricultores como da pesquisa científica, especialmente no campo da agroecologia, incorporando os itens de: manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; o mínimo de impactos adversos ao ambiente; retornos adequados aos produtores; otimização da produção das culturas com o mínimo de insumos químicos; satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda e atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais (EHLERS, 1999).

Embora, algumas pesquisas mostrem que na política de assentamentos esteja contido o modelo convencional de exploração agropecuária em que se ignora o saber do agricultor, sua história e cultura, e tecnologicamente há dificuldades na disponibilização de alternativas de acordo com o ecossistema local, essas alternativas já existem e privilegiam a diversidade e potencialidades locais otimizando o uso dos recursos naturais sem degradação (CARMO, 2003)

No estado do RS “*alguns faróis*”⁴ tem apontado num sentido mais sustentável na produção, com é o caso da experiência no assentamento 19 de Setembro, o qual possui área com sistemas agroflorestais desde 2001. Neste trabalho é apresentado a relação dos agricultores com tais sistemas e algumas lições que tiram dessa prática, como por exemplo, a otimização de espaços, a sustentabilidade, produção e sua diversidade.

Assentamentos Rurais no RS - Sistemas agroflorestais no Assentamento 19 de Setembro

O processo histórico de implementação dos assentamentos rurais no RS pode ser dividido em três fases históricas. A primeira fase (1978 até 1984), caracterizando-se pela retomada das lutas sociais no campo. A segunda fase (1985 a 1988), período em que foi apresentado o “I Plano Nacional de Reforma Agrária”, marcado também por uma atuação mais intensa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E a terceira fase (1989 a 1997) que caracteriza-se pela saída de cena do governo federal que reduziu fortemente as ações de desapropriações, num contexto em que o governo estadual passa a ser foco de pressões do MST respondendo com cessão de terras públicas e em especial com a utilização de recursos do Fundo de Terras do Rio Grande

⁴ Termo utilizado por integrante do MST no estado que atua no setor de produção enquanto fazíamos mapeamento de tal prática no RS.

do Sul (Funterra) para compras de terras, conforme esta periodização, o 19 de Setembro foi implementado na terceira fase, que teve início no final da década de 1980, caracterizada por um refluxo da questão agrária em nível nacional e por um deslocamento geográfico dos assentamentos em direção à região metropolitana de Porto Alegre e ao noroeste do estado (Navarro et al. 1999).

O Assentamento 19 de Setembro está localizado nas imediações da zona urbana de Guaíba, uma pequena cidade que fica nos arredores de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. São mais de 400 hectares, onde vivem atualmente 60 famílias. A área, dividida em 37 lotes de onze hectares, está localizada a três quilômetros dos bairros populares Cohab e Santa Rita.

O sistema de produção predominante é a pecuária de leite associada com a horticultura, duas atividades que são as principais fontes de renda das famílias. A produção é complementada por culturas de autoconsumo, como o feijão, a mandioca, o milho e a batata-doce, que sofrem fortes restrições devido à qualidade dos solos, e desde 2002, algumas famílias têm investido na produção de arroz irrigado. A comercialização do excedente da produção do leite e das hortaliças é realizada pelos próprios assentados, diretamente ao consumidor. As entregas são realizadas de carroça, bicicleta, carro ou moto. A “clientela”, em alguns casos, inclui mercados, padarias e outros estabelecimentos localizados nos bairros populares da cidade.

O nome do assentamento 19 de Setembro foi uma homenagem à data que marca a primeira ocupação realizada pelos assentados, ainda em 1989, junto com outras 1500 famílias (SILVEIRA, 2005). Trata-se de um marco simbólico significativo que marca o início daquilo que eles denominam como a luta, palavra que sintetiza o conjunto de ações históricas das quais eles participaram: ocupações de terra e prédios públicos, longas caminhadas pelas rodovias do estado, acampamentos, greves de fome, encontros e atividades internas do movimento, conflitos com as forças ruralistas e com a Brigada Militar, reuniões com representantes do governo estadual e federal, passeatas no centro de Porto Alegre e outras cidades do interior do estado, e nesse contexto que o então governador Alceu Collares, através da lei estadual 9.411, editada no dia 5 de novembro de 1991, cedeu à reforma agrária 70% das Estações Experimentais e outras propriedades agricultáveis do Estado que não estivessem tendo um aproveitamento adequado (Rio Grande do Sul, 1991). Entre essas terras estava uma área do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), que foi destinada ao assentamento 19 de Setembro.

Em 1996, foi criado um convênio da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com a Cooperativa de Assentamentos Rurais do Rio Grande do Sul (COCEARGS), “visando estimular o intercâmbio entre a Universidade e assentamentos rurais do estado”. Em agosto de 1999, esse programa incluiu, “entre as comunidades parceiras”, o 19 de Setembro. Por um período de dez dias, durante as suas férias, estudantes de diferentes áreas do conhecimento visitaram o assentamento e realizaram um diagnóstico contemplando as áreas de saúde, educação e produção. A partir desse diagnóstico o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da PROEXT elaborou um projeto de extensão encaminhado ao “Programa Universidade Solidária”, de onde vieram os recursos econômicos para execução no assentamento.

O projeto realizado no 19 de Setembro teve como objetivo “capacitar a comunidade do assentamento” para “redirecionar a matriz produtiva visando recuperar a [sua] sustentabilidade econômica” e “subsidiar a formulação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado”. Foram realizados cursos teórico-práticos envolvendo os seguintes temas: produção de arroz irrigado e piscicultura; formação de pomares domésticos; produção ecológica de hortaliças; e manejo integrado dos recursos naturais tendo em vista os seus impactos ambientais, oficinas de educação ambiental, implementação de adubos verdes, produção agroecológica, saneamento, qualidade da água, doenças de veiculação hídrica e plantas medicinais.

E dessa forma através de um programa de extensão da universidade os sistemas agroflorestais foram implantados no Assentamento por meio de experimentação de Sistemas Agroflorestais Sucessionais em UEVs (Unidades de Experimentação e Validação) opção escolhida a partir da tomada de consciência e desenvolvimento de práticas baseadas no manejo agroecológico (CORBELLINI, 2004).

Nesse sentido os sistemas agroflorestais têm-se mostrado como uma estratégia que privilegia a convergência entre diferentes maneiras de encarar a sustentabilidade dos sistemas de produção, pois o objetivo é otimizar o sistema e não maximizá-lo como faz o agricultura moderna, é um dos objetivos dos sistemas agroflorestais que tem sido uma alternativa desenvolvida em alguns assentamentos. Numa perspectiva agroecológica são conceituados como arranjos sequenciais de espécies ou de consórcios de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas, através dos quais se busca, ao longo do tempo, reproduzir uma dinâmica sucessional natural, visando atender demandas humanas de modo sustentável (VIVAN, 2000 e GÖTSCH, 1996). O que foi ratificado pelo agricultor em suas palavras:

“Sistema agroflorestal é muito interessante. Sabe porquê? É o ganho econômico preservando a natureza, otimizando espaços.” (Agricultor Assentado)

Nesse contexto entender como os sistemas agroflorestais são constituídos pelo agricultor assentado é pertinente para compreender a dinâmica desse processo de conhecimento uma vez que suas trajetórias perpassam o rural e o urbano. O que pode diferir do agricultor familiar, em que a produção familiar se encontra inserida numa realidade local comunitária onde se transmite, de geração para geração, conhecimentos técnicos e produtivos utilizando-se um conhecimento acumulado sobre os ecossistemas e a proximidade das relações entre as pessoas. Mas o agricultor assentado mantém a lógica interna da produção camponesa e familiar percebendo que essas unidades de produção não são regidas por categorias econômicas válidas para a economia capitalista, tais como renda, salário, lucro (CHAYANOV, 1999). Onde é importante insistir que o familiar não é detalhe superficial ou descritivo, pois a associação família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como o produtor familiar age econômica e socialmente (WANDERLEY, 1997).

Para os agricultores assentados o trabalho com a agrofloresta é relativamente novo, bem como o tempo de assentamento, pois como eles mesmo dizem “apanhamos muito neste lugar, remando e batendo”, pois não sabíamos nada daqui: do solo, da água, das chuvas do que plantar e aí surge a agrofloresta, afinal vieram de outra região do estado.

“ ...a agrofloresta como uma pequena experiência, que começamos muito bem sem saber o que era e como veio de projeto só deu para o início e depois tivemos que continuar sozinhos”(Agricultores assentado)

A continuação desse trabalho com dificuldades e incertezas, é dos próprios agricultores que mantêm a área, se orgulham dela, sabem e em seus depoimentos deixam claro que poderia ter uma relação mais próxima com esse sistema de produção,

mas falta-lhes a técnica e o interesse da assistência técnica também, mas não desistem e vão descobrindo maneiras de manter a área e levar os princípios da agrofloresta para o entorno de suas casas, as quais se destacam na agrovila do assentamento pela riqueza de diversidade de espécies (frutíferas, hortaliças, ornamentais e medicinais), ou melhor, de vida que envolve suas casas.

“ ... descobriram algumas coisas dentre elas: a recuperação do solos, plantar diversidade de frutíferas, o mercado de frutas rende bem, mas nem vou nem falar de renda mas uma alimentação mais saudável... e os pássaros aumentando, a colméia de abelhas apareceram...”(Agricultores assentado)

Em essência, os sistemas são uma tentativa de imitar as estratégias usadas pela natureza para aumentar a vida e melhorar o solo. Da mesma forma que na natureza, onde as plantas ocorrem em consórcios (e não isoladas) e requerem outras plantas para um ótimo desenvolvimento, na agrofloresta as plantas cultivadas são introduzidas da mesma forma, para preencher todos os nichos, inclusive considerando nessa combinação, espécies nativas remanescentes, de regeneração ou reintroduzidas. Além de combinar as espécies no espaço, combinam-se os consórcios no tempo, assim como ocorre na sucessão natural de espécies, onde os consórcios se sucedem uns após outros, num processo dinâmico, dependendo do ciclo de vida das espécies (PENEIREIRO, 2007)

Importante fazer uma reflexão sobre as formas de manejo dos recursos naturais (especificamente sistemas agroflorestais) em ambientes alterados, nos espaços dos assentamentos rurais que essencialmente tem uma conformação complexa, de intensas (re)significações de conhecimentos, numa dinâmica diferenciada de ocupação e construção de novos espaços de vida e produção, onde o contato direto e imediato com a natureza (na maior parte das vezes já devastada), como coloca Whitaker (2003), cria para os assentados as condições para o desenvolvimento das sensibilidades acumuladas ao longo de suas trajetórias, embora nem todos desenvolvam as suscetibilidades exigidas pela nova situação como é o caso observado num depoimento. Para outros, se desenvolveu uma capacidade de absorver os estímulos dados pelo ambiente em diversidade e possibilidades.

Pode-se sim falar numa diversidade agrícola e natural, na medida em que esses novos atores em seus novos espaços buscam as mais variadas alternativas para permanência na terra, e, conseqüentemente, inclusão num sistema que teima em excluí-lo; eles criam a diversidade e isso contribui para recuperar o meio ambiente. (WHITAKER, 2003).

Várias pesquisas⁵ alertam para a necessidade de contextualização e incorporação do saber local na concepção, implantação e manejo dos sistemas agroflorestais, esta que é uma alternativa que deve ser adaptada à realidade que tem como preceito fundamental a cultura das pessoas envolvidas. A fim de entender os sistemas agroflorestais e suas relações com os agricultores assentados, como instrumento de pesquisa do quadro da história oral, que decorre de toda uma postura com relação à história e as configurações sócio-culturais que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 1989) utilizou-se o depoimento⁶.

Um dos agricultores assentados explica os sistemas agroflorestais e vê as limitações do mesmo em sua compreensão:

“A agrofloresta nos deu a noção das coisas que dá para plantar em outros locais para fazer em roda de casa. Duas limitações foram levantadas: a agrofloresta ficou perto do povoado e distante de nossas casas, e conseguir sementes é um fator problema” (Agricultor Assentado)

A necessidade de começar com pequenas experiências é fundamental pois de fato os sistemas agroflorestais são talvez aqueles que mais exigem uma mudança de atitude, de paradigma, para serem devidamente compreendidos, pois ao criar uma agrofloresta o agricultor está agindo positivamente sobre o manejo da paisagem, nos processos naturais, num sentido de otimização da vida, ao invés de orientar-se pelos objetivos imediatos de lucro e máxima rentabilidade. Mas é uma alternativa possível para responder as questões ambientais e de produção, nos assentamentos rurais.

⁵ (VIVAN, 1998; RODRIGUES, 2002; BOLFE, 2004).

⁶ (QUEIROZ, 1988).

Considerações Finais

Observa-se que na criação dos Assentamentos, transportou-se para esses, o mesmo padrão tecnológico da agricultura convencional, e não houve preocupações com a questão ambiental, desconsiderando sistemas de produção diversificados e sustentáveis. Na região onde localiza-se o Assentamento 19 de Setembro, uma área ambientalmente degradada, cheia de tocos resíduos da retirada de plantação de eucalipto, marcada pela modernização da agricultura, uma alternativa que vem sendo considerada é a adoção de sistemas agroflorestais, e assim pode-se compreender algo que Whitaker (2003) coloca como a face mais imediata e importante do processo de assentamento: a reconstrução da natureza (a questão ambiental) e a reconstrução das vidas (questão cultural).

Os sistemas agroflorestais podem responder a essas duas faces, sua adoção responde a um passivo ambiental, recuperando áreas degradadas, mas passa por uma questão cultural de relação entre o ser humano natureza e entre os próprios seres humanos. Visto que, os sistemas partem da lógica da natureza tomando como a base o ecossistema local, harmonizando os procedimentos agrícolas com a dinâmica do local, em que não é apenas a substituição do insumo externo, mas implica em compreender o ecossistema e sua otimização no tempo e no espaço, a interação entre comunidade vivas e meios físicos e reconhecer a importância das particularidades humanas e a diferença de conhecimentos adquiridos em diferentes trajetórias (o que são características dos agricultores assentados) e, que mesmo assim com essas diferenças se organizaram na luta pela terra, e em comum, os assentados querem continuar nessa terra conquistada, dar certo nos seus lotes e ter qualidade de vida para si e futuras gerações.

Investigando os condicionantes culturais na adoção de sistemas agroflorestais e que parte do entendimento desta prática pelo próprio agricultor assentado pode-se afirmar que neles está o camponês que onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas em outros modos de fazer agricultura, uma característica específica do campesinato em que a autonomia e o progresso são criados através da co-produção entre o homem e a natureza viva, que diz respeito à interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza (PLOEG, 2008), assim moldando e desenvolvendo recursos tanto materiais como sociais de modo distinto, numa condição de agente, a qual lhe atribui capacidade de

processar a experiência social e conceber formas de lidar com a vida dentro de limites de informações, de incertezas e outras limitações.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 1989.

BERGAMASCO, S. M.P.P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996 (Coleção Primeiros Passos, 301).

BOLFE, A. P. F. Educação na floresta: uma construção participativa em sistemas agroflorestais em Japarutuba-SE. 2004. 236 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

CARMO, M., S. do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável, págs. 215-238. In: FERREIRA, Angela D. D. & BRANDENBURG, A. (Orgs) **Para pensar outra agricultura**, Curitiba: Ed. UFPR. 1998. 257p.

_____. Assentamentos Rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em um enfoque de redirecionamento de perspectivas. Págs. 295-318. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M. FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs) **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**, Campinas: Ed. UNICAMP; UNIARA; INCRA. 2003. 325p.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GONÇALVES, J. S. **Mudar para manter; pseudomorfose da agricultura brasileira**. SP: Sec. da Agric. e Abast., 1999.

CORBELLINI, L. BENATTO, L. MERTEN, G. Apropriação de princípios e práticas de manejo de. Sistemas agroflorestais por agricultores do. Assentamento 19 de setembro, Guaíba (RS) In: IV Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, 2004, Curitiba, PR. **Anais...** V CBSA, 2004. p. 485-487.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba, RS: Agropecuária, 1999. 157p.

GÖTSCH, E. **O renascer da agricultura**. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA. 1995. 24 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Zahar Editores, 1981.192p.

KAGEYAMA, A. (Coord.) O novo padrão agrícola brasileiro. In: DELGADO, G. C; GASQUES, J. G; VILLA VERDE, C. M. (Org). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília, IPEA, 1990. 564p. (série IPEA, nº127)

LEFEBVRE, H. Problemas da Sociologia Rural. In: MARTINS, J.S. (Org). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec: 1981.

- MARTINE, G. & GARCIA, R. (Org.). **Os impactos da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987. 271p.
- MARTINS, J. S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, p.31-36, 2001.
- NAVARRO, Z. et al. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 19-53.
- PENEIREIRO, F. M. **Cuidando da Natureza, Cuidamos da Humanidade**. Disponível em <http://www.agrofloresta.net>. Acesso em março de 2007.
- PLOEG, J.D.V.D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil)**. Org. VON SIMSON, Olga de Moraes. São Paulo: Vértice, 1988.
- REIJNTJES, C. et al. **Farming for the future: an introduction to low-external-input and sustainable agriculture**. London: The Macmillan Press, 1992, 250 p.
- SILVEIRA, D.S. Narrativa histórica, etnografia e reforma agrária em um assentamento rural. 2005. 186 f. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- VIVAN, J. L. Diversificação e Manejo em Sistemas Agroflorestais. In: III Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, 2000, Manaus, AM. **Anais... III CBSA**, 2000. p. 32-41.
- WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: II Encontro de Pesquisa Sobre a Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe, 1997, Aracaju, SE. **Anais... II EPQATC**, 1997, p. 9-40.
- _____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n.21, out.2003, pág.42-61.
- WHITAKER, D.C.A. A questão da diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara-SP págs. 275-293. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M. FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs) **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**, Campinas: Ed. UNICAMP; UNIARA; INCRA. 2003. 325p.